

# **O comportamento do Pronaf no Sudeste do Pará: um estudo de caso no Assentamento 26 de Março, Marabá-PA<sup>1</sup>**

**Evandro Neves**

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil  
E-mail: evandronevez@live.com

**Heribert Schmitz**

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil  
E-mail: heri@zedat.fu-berlin.de

## **Resumo**

Este texto analisa o comportamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Sudeste do Pará e as suas repercussões no Assentamento 26 de Março, localizado no município de Marabá. As perguntas que nos auxiliaram foram: o Pronaf fortalece o seu público em nível local? Se sim, de que modo isso acontece? Se não, quais são as repercussões do seu comportamento em nível local e os caminhos a serem seguidos? Baseamo-nos em dados da Matriz de Referência do Banco Central do Brasil e no método do estudo de caso. Realizamos levantamento bibliográfico-documental e pesquisas de campo realizadas entre 2017 e 2018 com a realização de entrevistas e observação participante. Concluimos que o programa se comporta de modo limitado e seletivo e, por consequência, não contempla a diversidade social da agricultura familiar em nível local. Como resultado dessa tendência, efeitos negativos no âmbito social, ambiental e econômico são recorrentes no assentamento.

**Palavras-chave:** PRONAF. Sudeste do Pará. Marabá. Assentamento 26 de Março.

## **Pronaf's demeanor in the Southeast Pará: a Case study in the Assentamento 26 de Março, Marabá (PA)**

### **Abstract**

This paper analyzes the demeanor of the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf, in Portuguese) in Southeast Pará and its implications on the Assentamento 26 de Março, located in the municipality of Marabá. These questions guided us: does Pronaf strengthen its audience at the local level? If so, how does it happen? If not, what are the implications of its demeanor at the local level and the possible paths? We based on data from the Matriz de Referência do Banco Central do Brasil and on the case study method. We have realized bibliographical-documentary survey and field research carried out between 2017 and 2018 by applying interviews and participant observation. We conclude that the pronaf's demeanor is limited and selective and, consequently, does not contemplate a social diversity of family farming at the local level. Because of this, negative social, environmental, and economic effects are recurrent in the settlement.

**Key-words:** PRONAF. Southeast Pará. Marabá. 26 of March Settlement.

## **El comportamiento de Pronaf en el Sureste de Pará: un estudio de caso en el Assentamento 26 de Março, Marabá (PA)**

---

<sup>1</sup>O texto é resultado da dissertação de mestrado do primeiro autor: O MST construindo a luta no cotidiano: a experiência do Assentamento 26 de Março, em Marabá (PA), defendida em 2018 no INEAF. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou a pesquisa.

## Resumen

Este artículo analiza el comportamiento del Programa Nacional para el Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (Pronaf, emPortuguês) en el Sureste de Pará y sus repercusiones en el Assentamento 26 de Março, ubicado en el municipio de Marabá. Estas preguntas nos guiaron: Pronaf fortalece su audiencia a nivel local? Si es así, cómo sucede? Si no, cuáles son las repercusiones de su comportamiento a nivel local y los posibles caminos? Nos basamos en datos de la Matriz de Referência do Banco Central do Brasil y en el método de estudio de caso. Hemos realizado encuestas bibliográficas y documentales e investigaciones de campo realizadas entre 2017 y 2018 mediante la aplicación de entrevistas y observación participante. Concluimos que el comportamiento del pronaf es limitado y selectivo y, en consecuencia, no contempla una diversidad social de la agricultura familiar a nivel local. Debido a esto, los efectos sociales, ambientales y económicos negativos son recurrentes en el asentamiento.

**Palabras clave:** PRONAF. Sureste de Pará. Marabá. Assentamento 26 de Março.

## Introdução

Este texto refere-se ao tempo e espaço do Assentamento 26 de Março, localizado no município de Marabá, Sudeste do Pará. Supomos que nossa experiência empírica oferece ângulo sugestivo à análise do crédito rural, em particular do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em assentamentos de reforma agrária nessa porção do estado. Para tanto, partimos do seguinte problema de pesquisa: o Pronaf fortalece o seu público em nível local? Tal indagação nos orienta a outros questionamentos possíveis: se fortalece, de que modo isso acontece? Se não, quais são as repercussões de sua operacionalização e os caminhos a serem seguidos em nível local?

É fato que o crédito agrícola no Brasil ao menos até a década de 1990 associou-se exclusivamente à produtividade. A preferência por produtores rurais capitalizados, cuja produção era destinada principalmente à exportação deixa evidente tal assertiva. Em decorrência desse fato, a agricultura familiar ficou à margem do sistema agrícola instituído pelo Estado brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao acesso ao crédito rural. Essa categoria não se beneficiava desses créditos por não atender as expectativas da produtividade econômica (GRISA, 2017). Por isso, foi por muito tempo “[...] bloqueado(a), excluído(a) do progresso social [...]” (MOREIRA, 1998, p. 191), porque a concepção de agricultura familiar no Brasil vincula-se à garantia de alimentos a partir de um núcleo interno<sup>2</sup> de produção e consumo cujo destino final do processo produtivo é, sobretudo, a família, não o mercado (SCHNEIDER, 2004).

---

<sup>2</sup> Agricultura familiar designa uma categoria sócio-profissional que tem reconhecimento político do Estado (NEVES, 2005). Outros autores usam o termo camponato como categoria analítica para enfatizar a sua dinâmica interna de produção e consumo (GRACIA JÚNIOR; HEREDIA, 2010) ou sua ordem moral (WOORTMANN, 1990).

O reconhecimento oficial dessa essa categoria social, antes alijada, ocorreu apenas com a criação do Pronaf em 1996<sup>3</sup>, cuja finalidade é fortalecer os agricultores familiares e as suas atividades econômicas. A sua criação foi um marco na política agrícola brasileira por assegurar reconhecimento social, cultural e econômico em nível nacional ao seu público. Sua operacionalização, todavia, tem suscitado muitas polêmicas ao longo dos anos (MATTEI, 2005), especialmente em assentamentos rurais.

À base disso, o objetivo central deste texto é analisar a operacionalização do Pronaf no Assentamento 26 de Março. Para o alcance desse intento, dividimos o texto em cinco partes, além desta introdução e das considerações finais. Primeiro, realizamos um levantamento da formação social e econômica do município de Marabá, onde o assentamento está situado. Na segunda sessão, apresentamos a área de estudo. Em seguida, expomos os procedimentos metodológicos. Adiante, analisamos a operacionalização do Pronaf no município de Marabá. Finalmente, associamos os efeitos da política pública no assentamento estudado.

### **Breve histórico da formação social e econômica de Marabá**

No fim do século XIX, o Pará teve como objetivo suprir a decadência agrícola nas terras paraenses, em especial na porção que hoje concebemos como Sudeste Paraense. Para isso, o governador Lauro Sodré implementou uma política de ocupação de terras a fim de criar um projeto de colonização agrícola a partir do qual estabeleceu contrato de caráter comercial Carlos Gomes Leitão, comerciante e general oriundo de Goiás. Foi dessa maneira que teve início o Burgo de Itacaiúnas, cujo nome foi emprestado do rio onde foi criada (EMMI, 1987).

Inicialmente, o projeto teve sucesso mas esvaeceu com a descoberta de atividades econômicas novas. A colônia que era composta por 55 famílias, que viviam basicamente da agricultura, produção de farinha e extração da castanha-do-Pará, sucumbiu após a descoberta de árvores de caucho(Castillaulei)<sup>4</sup> por um grupo conduzido por Carlos Gomes Leitão em 1987. O resultado: os interesses agrícolas iniciais foram conduzidos à atividade extrativista do látex em pleno contexto econômico da borracha na Amazônia. Assim, a população orientou-se às áreas onde havia os cauchos, o que desagregou a colônia e deu início a Marabá, conforme menciona Velho (2009).

---

<sup>3</sup> O programa foi criado pelo Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996).

<sup>4</sup>Árvore da qual se extrai o látex para a produção da borracha. Diferentemente da seringueira (Hevea brasiliensis),ela é derrubada paraa extração. Essa atividade evidencia o modo pelo qual as primeiras áreas de mata nativa foram derrubadas.

Os interesses na atividade extrativista colidiram com a atuação do Estado do Pará – preocupado em formar uma colônia agrícola. Por isso, Lauro Sodré destituiu Gomes Leitão<sup>5</sup> de sua função e empossou uma junta governativa para administrar o município, a qual operou uma nova forma de ocupação da terra. Constituída basicamente por agentes políticos e administradores, como o Capitão Afro Sampaio e o Coronel João Anastácio de Queiroz, tornou-se responsável por reocupar a área do Itacaiúnas e adquirir novas terras com o apoio do governador. Logo, essa nova forma de domínio fundiário baseou-se, também, na posição política que seus agentes ocupavam. Teve início a oligarquia agrária. Essa oligarquia agrária que se iniciou a partir do domínio político-fundiário viveu um período econômico novo após a queda do preço da borracha no mercado internacional. A atividade econômica que ganhou vitalidade no decorrer dos anos 1920 baseou-se na extração da castanha-do-Pará e apresentou processos novos. Um deles era o fato de os castanhais<sup>6</sup> serem livres ao povo (EMMI, 1987).

Garantidos por lei, os “castanhais do povo” foram concedidos entre 1920 e 1960. Essa forma de apropriação coletiva, todavia, passou a ser disciplinada pelos sucessivos governos do Estado do Pará ao longo dos anos e favoreceu, gradativamente, os comerciantes – ou seja, os próprios agentes políticos, em muitos casos. A consolidação da dominação político-econômica desse grupo foi intensificada a partir de 1925 com a criação do sistema de arrendamento<sup>7</sup>, que se

[...] constituiu como arma usada pela oligarquia para exercer o poder político e econômico sobre alguns médios e pequenos produtores que se dedicavam à coleta da castanha. O arrendamento acabou na prática com a “extração livre” e interessou de modo especial para a oligarquia como forma de monopolizar o comércio da castanha (EMMI, 2002, p. 6).

O arrendamento controlou o domínio fundiário, já que os castanhais livres eram incompatíveis com os interesses econômicos dos comerciantes. Sua operação iniciava com o aluguel da terra pelo pretendente, cujo pagamento destinava-se ao Estado do Pará. Então, o comerciante era autorizado a explorar a castanha no período de uma ou mais safras. Esse sistema não apenas assegurou aos comerciantes o domínio dos castanhais, como deixou evidente a associação da oligarquia agrária ao controle político das terras. Assim, ele prolongou a vida aos políticos e comerciantes e enfraqueceu o caráter “livre” dos castanhais.

<sup>5</sup>Embora destituído de seu cargo, ele deixou repercussão importante em Marabá, pois foi decisivo para efetivar a mudança no valor de uso da terra: de uma lógica que atendia os interesses agrícolas das famílias situadas na colônia agrícola para uma que prosperava o valor de troca dos comerciantes.

<sup>6</sup> Áreas que concentram grandes quantidades de castanheiras.

<sup>7</sup> Os interessados pediam concessão às autoridades locais para explorar castanhais. Geralmente denunciavam irregularidades cometidas por proprietários anteriores como forma de legitimar seu pedido. Os pedidos eram encaminhados pelas prefeituras ao governador ou interventor do Estado (EMMI, 2002).

Nesse cenário, a oligarquia agrária presente em Marabá era constituída pelos seguintes grupos: os Chamon, irmãos de origem libanesa que chegaram em Marabá no início do século e controlaram grande parte da produção de castanha no município até 1925; A. Borges & Cia., uma firma de Belém representada em Marabá pela Casa Medeiros; A. Mourão e & Cia, empresa de comércio e transporte de castanha; Dias & Cia, representada pelo chefe político municipal João Anastácio de Queiroz. Com menos expressão inicial, aparecem a família Almeida, representada pelos comerciantes da castanha Nilo Alves de Almeida e Manoel Brito de Almeida, e a família Mutran, de origem sírio libanesa.

A partir dos anos 1960, as transformações políticas e econômicas em nível nacional interferiram na estrutura oligárquica de outrora, que se viu diante de concorrentes novos, representados pelo capital industrial e financeiro. Novas relações foram construídas e a terra, cujo controle anterior dava-se mediante ao extrativismo, passou a ser mercadoria. A atuação ativa do Estado também foi significativa para enfraquecer o poder local, mas algumas famílias como Almeida e Mutran permaneceram como principais latifundiários. Essas famílias permaneceram sobrevivendo de outras atividades econômicas associadas ao novo momento econômico: sobretudo da exploração da madeira e da pecuária bovina. A família Mutran, em especial, foi responsável pela reconversão de muitas áreas de florestas, antes destinadas à exploração da castanha-do-pará, a pastagens para a formação de fazenda de criação de bovinos (EMMI, 1987).

Face ao exposto, nota-se que a formação social e econômica de Marabá sempre foi constituída por grupos econômicos, muitos vinculados à atuação política, cujos interesses relacionaram-se diretamente com a exploração de recursos naturais e o domínio fundiário. Em razão disso, a história da área que conhecemos como Assentamento 26 de Março hoje resulta dessa dinâmica – em especial da atuação das famílias Almeida e Mutran.

## **Apresentação da área de estudo**

O assentamento está localizado em Marabá, Sudeste do Pará. A formação social e econômica de Marabá e a trajetória do uso da terra no assentamento têm relação direta e são essenciais ao entendimento dessa área. A trajetória de uso da terra do assentamento caracteriza-se por ter sido diversa ao longo do tempo: inicialmente, foi

[...] uma área de floresta densa, com a presença de diversas espécies vegetais, composta de árvores frondosas e muito exploradas no mercado com o nome de madeira de lei é por conta dessa riqueza natural também tinha grande quantidade de castanheira, árvore muito explorada pelos seus frutos ricos como substância alimentar: a castanha-do-pará, como era conhecida até muito recentemente, hoje é Castanha do Brasil, produtor que

produziu muita riqueza para uma dezena de famílias. Em função disso, ficara meio século sob o domínio de duas oligarquias locais e a área ganhara o título de empresa. Utilizada via arrendamento e aforamento, com o passar dos anos e frente mudanças significativas na economia e na lógica de exploração econômica da Amazônia, a empresa Mutran procedeu a mudança de Castanhal Cabaceiras para Fazenda Cabaceiras, explorando a madeira existentes, substituindo a pastagem natural por pastagem para criação de gado (EMATER, 2013, p. 44).

A trajetória acima descrita resume-se em dois títulos de propriedade. O primeiro corresponde a uma área de 3,6 mil hectares concedida por aforamento a Nilo Alves de Almeida em 1959 para a extração da castanha-do-Pará e, sob a sua gerência, tornou-se o castanhal Cabaceiras, gerido pela empresa Nelito S/A. No mesmo ano, porém, Nilo de Almeida transferiu o castanhal aos Mutran, que se tornaram responsável pelo castanhal sob a anuência do Estado do Pará. O segundo título condiz a uma parcela de 6.406,4620 hectares que fora originada da compra de terra pública em 1942 pela A. Mourão & Cia. Posteriormente, essa firma repassou a área para Manoel Brito de Almeida, que a vendeu para a empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda. em 1989. Essa empresa desmembrou uma área de 232,057 hectares e permaneceu com 6.174,405 hectares. Portanto, somando as duas áreas, os Mutran detinham 9.774,405 hectares em 1989, que foram convertidos em pastagens para a criação de bovinos ao longo dos anos 1990. Em decorrência dessa mudança no uso da terra, a designação de castanhal foi alterada para a de fazenda, fazenda Cabaceiras (EMATER, 2013).

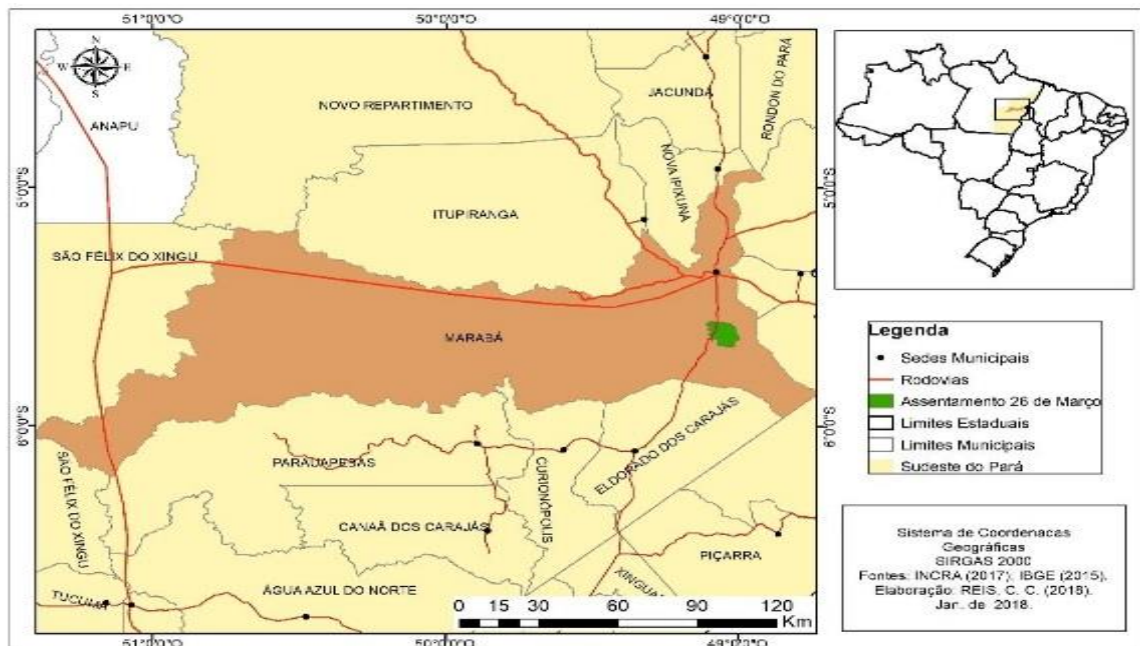
Entretanto, uma ocupação realizada pelo MST em 26 de março de 1999 na fazenda Cabaceiras desestruturou o domínio dos Mutran. 1.200 famílias orientaram-se à fazenda e montaram um acampamento às margens da PA-150; hoje BR-155. O acampamento durou nove anos e seis meses até a criação do Assentamento 26 de Março em 19 de dezembro de 2008 mediante portaria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Um aspecto importante que estava na pauta do MST e foi orientador daquela ocupação é a recuperação de áreas degradadas pela bovinocultura na Amazônia, presente no plano de reforma agrária desse movimento (MST, 1998). Logo, a justificativa da criação do assentamento baseou-se num aspecto socioambiental e refletiu a efervescência da ambientalização das lutas sociais naquele período. O movimento buscava novas diretrizes para a organização produtiva em suas áreas de influência; e a agroecologia adquiriu centralidade em sua agenda (BORGES, 2010).

Já no acampamento, os grupos de famílias foram formados e neles implementaram-se sistemas produtivos em consonância com a recuperação das áreas degradadas da antiga fazenda Cabaceiras (GOMES; SILVA, 2013). Após a criação do assentamento em 2008, porém, as famílias foram redistribuídas em lotes individuais e os

sistemas produtivos até então relativamente consolidados enfraqueceram. Algumas famílias receberam lotes onde predominavam as pastagens – muitas não conseguiram permanecer praticando a agricultura – outras assentaram-se em lotes com coberturas vegetais mistas (floresta-pastagens-capoeira) e conseguiram implementar sistemas produtivos mais ou menos diversificados.

**Figura 1: Localização do Assentamento 26 de Março.**



Fonte: Incra (2017) e IBGE (2015).

O assentamento é constituído por 206 famílias distribuídas em lotes com um tamanho médio de 48 hectares. Localiza-se a 25 km da sede municipal de Marabá, seu acesso é facilitado pela BR-155, que o atravessa no sentido Leste-Oeste, e possui 9.774,405 hectares. No âmbito educacional, possui uma escola municipal, Carlos Marighella, criada no segundo dia de acampamento e reconhecida no ano de 2000 pela prefeitura de Marabá, e o Campus Rural de Marabá, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), criado em 2007.

Seu histórico de uso da terra formou um mosaico de paisagens com coberturas vegetais diferentes. Por isso seus sistemas de produção são constituídos por atividades distintas.

**Tabela 1: Coberturas vegetais do Assentamento 26 de Março.**

Tipologia das coberturas vegetais	Número de Famílias	Porcentagem
Áreas com florestas	60	30%
Área com pastagens	105	50%
Área com vegetação secundária (capoeira)	41	20%
Total	206	100%

**Fonte:** Emater (2013).

Como se observa, a maioria das famílias se encontram em áreas de pasto, herdadas dos Mutran. Nessas áreas, a pecuária bovina é predominante nos sistemas produtivos familiares. Como foi constatado pelo Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), os tipos de solo e as classes de aptidão agrícola da área são bons para a pecuária e impeditivos à agricultura, em decorrência, sobretudo, da deficiência de fertilidade do solo e suscetibilidade à erosão (EMATER, 2013). Nas áreas de capoeira, os sistemas produtivos são diversificados entre culturas de ciclos anuais, semiperenes e perenes.

### Procedimentos metodológicos

Empreendemos a pesquisa entre março de 2017 e fevereiro de 2018. Realizamos levantamento bibliográfico-documental relacionado à operacionalização do Pronaf – cuja fonte principal foram as diretrizes de seus investimentos disponíveis no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil – e à bibliografia acadêmica, em bibliotecas físicas e digitais. Conduzimos as pesquisas de campo a partir do método do estudo de caso para analisar em profundidade um único caso e da contribuição teórico-metodológica da observação participante (BRANDÃO; BORGES, 2007) e das entrevistas não diretivas (MICHELAT, 1987), que foram realizadas com famílias selecionadas previamente de acordo com os grupos de produção no assentamento, observados abaixo.

**Quadro 2: Grupos dos sistemas de produção no Assentamento 26 de Março.**

Grupos	Famílias
1) Prioridade pecuária bovina	35%
2) Prioridade agricultura	19%
3) Prioridade diversificação da produção	20%
4) Prioridade criação de animais de pequeno porte	17%
5) Produção agropecuária baixa	9%

**Fonte:** Emater (2013). Adaptado.



Nota-se que todos os sistemas produtivos envolvem a pecuária bovina. Os dados ilustram ainda que a diversificação produtiva é uma realidade às famílias, apesar das dificuldades pedológicas, como já constatado pelo PDA do assentamento. Diante desses grupos, selecionamos dois (grupo 1 e grupo 3) a partir destes critérios: acesso ao crédito rural, em particular ao Pronaf; e predominância da pecuária no sistema produtivo. O grupo 1 prioriza a pecuária bovina, possui mais de dez bovinos, menos de 1,0 hectare de produção agrícola e é representado por aproximadamente 35% do número total de famílias. O grupo 3 privilegia a diversificação da produção e associa a criação do gado bovino com culturas perenes e semiperenes.

Foram realizadas 17 entrevistas: 13 com as famílias assentadas de cada grupo selecionado, e quatro com lideranças locais do MST vinculadas ao setor de produção do assentamento.

### **Operacionalização do Pronaf em Marabá**

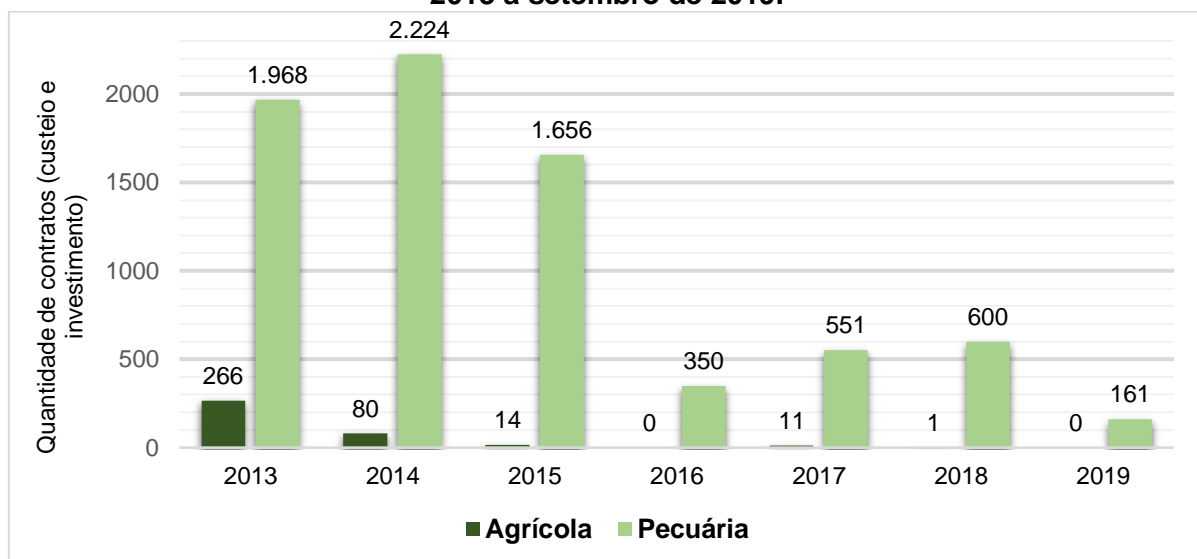
Os investimentos do Pronaf associam-se a uma suposta vocação do uso da terra em Marabá que motiva os investimentos do programa nessa mesorregião. A intenção do Estado do Pará em incorporar essas áreas à dinâmica regional a partir da atividade pecuária, especialmente a bovina, é constante em seus boletins agropecuários. O mais recente deles (BRASIL, 2017) é documento significativo para pensar políticas públicas ao meio rural do estado. Apresenta dados detalhados dos municípios, das mesorregiões e dos setores produtivos que detém bom desempenho econômico. Atribui ao município de Marabá “boa aptidão” à pecuária bovina e, por isso, tenta torná-lo palco de uma expansão fantástica do desenvolvimento rural, sobretudo no que se refere à produção de carne e leite. Essa atividade se torna, desse modo, uma aposta importante que, segundo o boletim, precisa de mais atenção – lê-se investimentos financeiros.

Alguns dados permitem relação sugestiva entre a operacionalização desse programa e o aumento dessa atividade produtiva no Pará. Costa (2012) analisou o primeiro ano de execução do programa e observou que a pecuária já era um real potencial econômico no estado em fins anos 1990. A partir do Pronaf, os fomentos do crédito rural passaram a ser maiores nessa atividade e, conseqüentemente, menores na agricultura. Entre agricultores com áreas menores que 200 hectares, por exemplo, 8,42% do Valor Bruto da Produção (VBP) animal e vegetação advinha de lavouras perenes, 42,5% resultava da pecuária. No mesmo sentido, pesquisa do Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (Lasat) constatou que, no decênio 1995-2005, 78,5% dos 11.895 contratos do Pronaf apresentaram preferência à pecuária bovina no estado (BRASIL, 2010).

À base disso, é cada vez mais notório o movimento acentuado e concentrado do Pronaf em direção à pecuária, que se tornou atividade importante no setor de exportação do estado ao longo do tempo e hoje contribui com 54% do Produto Interno Bruto (PIB) do setor primário (BRASIL, 2017). Essa expressão econômica é particularmente percebida em Marabá.

Essa atividade produtiva tem sido bastante fomentada pelo Pronaf no município, segundo maior produtor de rebanhos bovinos no Pará hoje, além de compor o quadro dos 52 municípios paraenses que tem a bovinocultura como atividade econômica predominante.

**Gráfico 1: Quantidade de contratos do Pronaf por atividade em Marabá de janeiro de 2013 a setembro de 2019.**



Fonte: Banco Central do Brasil (2019). Elaboração dos autores.

Os dados acima ilustram que, entre janeiro de 2013 e setembro de 2019, os investimentos do programa de modo geral são expressivos quanto à sua preferência à pecuária, com destaque à bovinocultura. O valor total dos contratos a essa atividade foi de R\$ 5.822.028,41 (BRASIL, 2017), aproximadamente 97% do crédito rural em quase sete anos.

O fomento dessa atividade e a sua participação gradativa na produção agropecuária paraense tem sido uma das razões que justificam o desenvolvimento rural do estado, ao menos na retórica transmitida no boletim agropecuário mais recente (BRASIL, 2017). Diferente dessa perspectiva animadora, econômica e de caráter seletivo e concentrador, defendemos que ele repercute negativamente quando assentados da reforma agrária são considerados na análise. O Pronaf é o principal meio pelo qual esses sujeitos acessam o crédito rural nos assentamentos, seja pelo Pronaf A, Pronaf B ou Pronaf Mais

Alimentos. No decorrer dos anos, a especialização produtiva nessas áreas provocada pela preferência do programa produziu vários obstáculos, vistos adiantes.

## Resultados preliminares

Para as instituições governamentais, os investimentos do Pronaf são tidos como propulsores do desenvolvimento rural paraense. Entretanto, os dados deste estudo revelam que eles repercutem negativamente quando agricultores familiares assentados da reforma agrária são considerados. Diversos fatores na execução do Pronaf levam a agricultura familiar do Sudeste do Pará a uma especialização da pecuária bovina e provocam, como consequência, a sua limitação, a evasão das terras da reforma agrária; bem como o desmatamento. É disso que trataremos a partir de agora.

É relevante mencionar novamente o quanto o Pronaf em Marabá, enquanto política de desenvolvimento rural, associa-se sobretudo a investimentos relacionados à atividade que está no cerne do crescimento econômico desse município, a pecuária. O meio rural, contudo, segundo Wanderley (2001, p.36), “supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”. É relevante demonstrar, entretanto, que as políticas de desenvolvimento para essa área muitas vezes não incorporam e muito menos valorizam o potencial de forças sociais presentes no campo.

Essa lógica é especialmente válida para os assentamentos rurais que compõem não apenas Marabá, mas a sua mesorregião Sudeste como um todo. A quase exclusividade à pecuária em áreas reformadas intensifica o desmatamento, a perda da produtividade da terra, a evasão e a rotatividade das terras da reforma agrária. Além disso, serviços essenciais à sua prática, como a assistência técnica, é geralmente mal executada e produz obstáculos à prática agrícola (MELO e SILVA, 2008; MICHELLOTTI; RODRIGUES, 2004; MIRANDA, 2017; PEREIRA, 2012; TERENCE, 2013). Esses aspectos são os mesmos tidos, infelizmente, pelas famílias do Assentamento 26 de Março.

Citemos algumas consequências da preferência do Pronaf à pecuária no assentamento. Iniciemos pela questão produtiva. A base social dos entrevistados evidencia que esses sujeitos são migrantes que vieram sobretudo do Nordeste brasileiro em busca de terras para cultivar. A fala do agricultor Francisco Xavier confirma isso:

Eu vim do Maranhão no final da década de 1990 ao Pará. A gente teve muito problema com a terra lá. Na verdade, a gente foi perdendo aos poucos, porque era poucas condições para plantar lá. A gente tinha poucos recursos e um proprietário de uma fazenda grande lá *tava* dizendo que toda

a área que a gente *tava* era dele. Aí veio eu mais meu irmão pra cá conseguir terra, né? Entramos no movimento [MST], eu fiquei em Marabá ele foi pra Parauapebas [...] e conseguimos acampar e hoje somos assentados, graças a Deus (Francisco Xavier, entrevista cedida em julho de 2017).

O desejo de Francisco ao vir ao Pará, cuja família veio logo em seguida de sua chegada, era adquirir terras para que ele pudesse praticar agricultura e garantir a manutenção de sua família. A prática agrícola, portanto, esteve na base de suas motivações que o levaram a migrar. O assentado e sua esposa, Maria da Paz, puderam praticá-la de modo relativamente tranquilo no período da ocupação (1999-2008) no grupo de família onde acampavam. Após a criação do assentamento, porém, a família foi sorteada para ficar em um lote coberto quase exclusivamente por pastagens. Os anos iniciais foram muito difíceis à manutenção de ambos, habituados à agricultura. Os benefícios iniciais foram importantes para a permanência deles no lote. Em 2009, receberam o Crédito Instalação e acessaram a Modalidade Apoio para a aquisição de subsídios à pecuária de matriz leiteira. Em 2011, acessaram o Fomento para a aquisição de arames e outros subsídios. Em 2012, acessaram o Pronaf A, a partir do qual adquiriram os primeiros bovinos.

A pecuária bovina é a atividade principal dessa família e representa a garantia de alimento aos seus membros, obtenção de dinheiro extra a partir da venda do leite e de seus derivados e, sobretudo, permanência na terra. A família enquadra-se no sistema produtivo do grupo 1, descrito anteriormente. Porém, ainda que a pecuária seja a atividade predominante, a agricultura permanece enraizada na prática cotidiana de seus membros e reflete o desafio decorrente da preferência do crédito rural. Segundo Maria da Paz,

O crédito rural é muito direcionado aqui (no assentamento). Quando eu entrei no curso técnico de agropecuária (no IFPA) eu entendi muita coisa. Uma delas foi o fato de o Estado incentivar mais a pecuária que a agricultura aqui na região. E a gente sofre isso aqui todo santo dia, porque a gente já produz pouco leite por dia porque somos limitados (cerca de 20 litros diários) e vende a um preço muito barato (R\$ 2,00) em Marabá, que às vezes não paga nem a gasolina (da motocicleta) pra lá, porque tem dia que a gente nem consegue vender. [...] então a gente é muito limitado na pecuária aqui, porque a terra não ajuda, não, aí não tem a assistência técnica [...]. Aí por isso a gente não deixa a roça de lado. Mas se a gente pudesse plantar mais nossos produtos, com a mesma ajuda que a gente tem na pecuária, a gente não ficaria tão limitado. Teríamos outras alternativas. O que a gente mais produz aqui é leite. Faz o queijo, o iogurte. Mas também produzimos a banana, que deu muito ano passado, mas esse ano deu pouca. Se a gente pudesse continuar plantando em grande quantidade, não só a banana, né? mas outros cultivos também [...] tem o açai, o cacau, a castanha [...] a gente não teria tantas dificuldades na produção (Maria da Paz, entrevista cedida em julho de 2017).

É evidente a insatisfação da família em relação à preferência do Pronaf, que contribuiu para a limitação do sistema produtivo e negligencia a atividade agrícola, enraizada socialmente nesse núcleo familiar.

Essa realidade se estende a Edivaldo Silveira, cuja vivência no assentamento se dá desde a primeira ocupação. Dos sistemas produtivos existentes, Edivaldo compõe o grupo 2. Ele não desenvolve, porém, a pecuária bovina, ainda que seu lote as pastagens predominem. A sua atividade produtiva baseia-se exclusivamente na agricultura, com destaque às hortaliças: ele é considerado o maior produtor de hortaliças do assentamento. Possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), porém nunca acessou o programa pelo fato de não ter conseguido aprovação para assinatura de contrato que beneficiasse a sua horta. Após algumas tentativas, chegou a esta conclusão sobre o programa:

Isso (Pronaf) não ajuda a gente aqui não. A gente tem que começar a plantar *pra* fazer a terra criar nutrientes. O investimento *pra* pecuária, desse que tá hoje, só tá aumentado o desmatamento dentro do assentamento e piorando a condição da terra *pra* gente plantar. Esse lote aqui já foi só pasto, mas eu plantei mesmo assim. Cê pode ver aí (Edivaldo aponta à sua horta), lá atrás tem cacau, castanha, mandioca, feijão. Aí eu pergunto: eu preciso de financiamento *pra* pecuária ou *pra* minha horta? Eu sou agricultor, então preciso fortalecer a minha agricultura. Mas do jeito que a política da reforma agrária tá, isso é difícil (Edivaldo Silveira, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

O enunciado revela o desafio proporcionado pelo Pronaf ao assentado na medida em que este programa não beneficia a sua atividade produtiva. Ainda assim, Edivaldo é um dos assentados responsáveis pela conversão das áreas de pasto. Seu lote era só pastagens quando o assentamento foi criado. Ao longo dos anos, a vegetação nativa da floresta ombrófila sub-montana (GAMA, 2016), conhecida por ele como capoeira, proporcionou a implantação de sua roça. Logo, se hoje a agricultura alcança um nível produtivo satisfatório às suas necessidades, é porque Edivaldo trabalhou com as possibilidades que o ambiente lhe ofereceu após alguns anos e não necessariamente com o apoio do crédito rural.

A localização de seu lote à beira da BR-15 facilita a venda de seus produtos. Só durante a entrevista cedida em fevereiro de 2018, três clientes seu chegaram no lote para receber produtos encomendados antecipadamente. Desse modo, sua experiência cotidiana revela não apenas um desafio, mas uma perspectiva: a de que a pecuária em si só não contempla a diversidade dos atores locais.

O então coordenador do setor de produção do assentamento explica que houve uma tentativa inicial para que a preferência à pecuária fosse evitada, antes mesmo a liberação dos primeiros contratos do Pronaf.

Nós sempre tivemos a preocupação com o crédito rural aqui, mesmo antes dele chegar pra gente. Porque a gente sabia que *tavana* área de uma antiga fazenda e que Marabá produz muito gado. Então nós juntamos algumas experiências aqui e auxiliamos a elaboração do projeto da Emater [trata-se do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento] pra que a gente tivesse um horizonte, né? *Pra* que a gente pudesse dizer qual o caminho que o crédito rural devia tomar aqui (Antônio Cordeiro, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

O programa mencionado por Antônio foi elaborado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater-Marabá), com a contribuição do setor de produção do MST, e publicado em 2013. Dois objetivos orientaram a sua construção: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) por intermédio da Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) e elaboração do PDA e do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). De modo geral, o documento reúne diretrizes para as atividades produtivas em busca da

[...] melhor organização e desenvolvimento dos sistemas produtivos atuais no sentido de trabalhar a diversificação combinada com a proposta da agroecologia, sustentabilidade econômica e ambiental contribuindo na consolidação das unidades produtivas das famílias, e na reprodução social camponesa (EMATER, 2013, p. 109).

Associados à bovinocultura de leite, sobretudo aos assentados em lotes cuja cobertura vegetal é de pastagens plantadas, o programa sugeriu a estruturação de sistemas produtivos diversificados por intermédio da adoção de práticas agroecológicas para maior atender satisfatoriamente as necessidades das famílias. O cultivo de leguminosas aparece no rol dessas sugestões como possibilidade de criar nutrientes em solos empobrecidos de potássio e fósforo. Percebe-se que há o reconhecimento da importância da pecuária pelo fato de ela compor as estratégias produtivas das famílias e das áreas cuja condição física do solo proporciona a prática dessa atividade. Mas recomenda-se que ela esteja associada à diversificação produtiva e a aspectos relativos ao seu funcionamento, como evidenciado abaixo.

A bovinocultura de leite é apresentada como alternativa viável haja vista que compreende aspectos ecológicos produtivos e sociais perfeitamente aplicáveis [...]. Se a atividade for desenvolvida sob as bases agroecológicas, realizando o manejo rotacionado das pastagens, regulando a taxa de lotação adequada, promovendo o sistema silvipastoril diversificado a partir da das espécies de regeneração natural, do roço seletivo, e o enriquecimento com espécies de valor econômico, certamente os impactos ambientais negativos serão evitados ou minimizados (EMATER, 2013, p. 132).

As proposições acima não foram elaboradas sem levar em consideração o serviço de assistência técnica, realizado pela Empresa de Desenvolvimento de Projetos Agrícolas Ltda. (PROAGRI) em 2015. De acordo com as fontes do Incra, 77% das famílias receberam o serviço até 2016. No universo desta pesquisa, dez dos 17 entrevistados receberam a assistência técnica – cinco não estavam satisfeitos. Um deles é Valmir Pereira, que compõe o grupo 1 dos sistemas produtivos, cuja atividade principal é a pecuária bovina. Ele afirmou que “[...] o serviço da ATES não foi bom aqui não, rapaz. Eles (PROAGRI) vieram aqui, estudaram, fizeram perguntas. Eles não sabiam nada. Aí queriam dizer pra nós como tinha que fazer” (Valmir Pereira, entrevista cedida em julho de 2017). Os técnicos da empresa, com sede em Belo Horizonte (MG), conheciam pouco a realidade dos agricultores. No exemplo de Valmir, o laudo de um dos técnicos sugeriu o fortalecimento da pecuária com recursos financeiros que ultrapassavam a quantia que o assentado recebeu do Pronaf A.

A ineficácia da assistência técnica conduz problemas de outra ordem: o aumento do desmatamento e arrendamento ou venda dos lotes. As áreas de floresta nativa estão sendo afetadas tanto pela agricultura itinerante realizada pelos agricultores como pela expansão da pecuária bovina. É inegável a importância da agricultura itinerante nas áreas florestadas do planeta, sobretudo nos trópicos. Seu caráter diversificado e rotativo contribuiu ao aproveitamento do capital energético da floresta em recomposição (PEDROSO JÚNIOR; MURRIETA; ADAMS, 2008). Entretanto, as circunstâncias no assentamento vêm apresentando aspectos negativos à sua realização. O aumento do número de famílias nos núcleos familiares associado aos 48 hectares dos lotes, em muitos casos, torna a prática desse sistema inviável, se considerarmos as Áreas de Reserva Legal, que ocupam 80% dos lotes.

Em alguns contextos familiares, a permanência no lote foi impossibilitada pelo fato de a área ser relativamente pequena. Muitas famílias venderam ou alugaram para pessoas já interessadas, sobretudo pecuaristas de Marabá que usualmente visitam algumas famílias para saber se elas têm interesse na venda ou no aluguel do lote. Quando estávamos em campo, muitas famílias já haviam abandonado o lote. Endividaram-se, não conseguiram repor o crédito ao banco e abandonaram o lote em uma média de 7 anos após a criação do assentamento.

A evasão pela venda ou o aluguel do lote têm se tornado estratégia importante para algumas famílias. Muitos dos que vendem vão em busca de outras áreas. Muitos dos que ficam alugam parte do lote como forma de assegurar uma poupança que não é mais proporcionada pelo seu sistema produtivo. A fala de uma assentada e liderança do MST no assentamento revela alguns aspectos dessa dinâmica.

As famílias deixam o lote porque elas não estão conseguindo produzir, porque não têm uma boa estrutura pra escoar os produtos. Aqui, tem casos de gente que deixa a terra porque não produz, porque tem as áreas de pastagens, e teve também o pessoal que recebeu gado pelo Pronaf em 2013, mas não conseguiu uma produção boa, se endividaram... muitos deles nem receberam assessoria técnica. Então qual é a melhor alternativa pra essas pessoas? Infelizmente é a venda ou o aluguel da terra, que a gente chama de arrendamento. E infelizmente estamos presenciando essa situação aqui [...] A gente conversa (do MST) reúne, mas quem toma a decisão é a família (Isabel Rodriguez, entrevista cedida em fevereiro de 2018).

Às que permanecem no lote, o aluguel da terra tem sido a opção para permanecerem na condição de assentados. Além disso, acessam o Pronaf A ou Pronaf Mais Alimentos para a implantação da bovinocultura, tendo em vista a ausência do fortalecimento de sistemas produtivos diversificados que envolvam a agricultura. Desse modo, os casos de Maria da Paz, Francisco Xavier, Valmir Pereira, Antônio Cordeiro e Edivaldo Silveira refletem a urgência do reordenamento do programa.

Chamou-nos a atenção o fato de não ter havido a liberação de nenhum Pronaf Agroecologia ou Pronaf Floresta. Isso supriria minimamente as sugestões contidas no PDA, cujas diretrizes orientam os investimentos aos sistemas produtivos do assentamento, e satisfaria, em certa medida, as aspirações da agricultura familiar local. Desse modo, impactos de caráter ambiental, social e econômico são recorrentes em razão do direcionamento errado do Pronaf e da insuficiência de serviços essenciais ao real fortalecimento das famílias assentadas.

## **Considerações**

O caráter da exposição realizada nos tópicos deste texto impede que sejam extraídas deles sínteses de confirmações. Nos permite, porém, que algumas assertivas sejam formuladas em torno das quais se poderá debater pesquisas futuras sobre o Assentamento 26 de Março. Consideramos pertinente pensar que as circunstâncias naturais que influenciam os sistemas produtivos dos assentados são consequências do uso da terra e antes da criação do assentamento e, por isso, a pecuária adquire respaldo como atividade principal. Porém, a pecuária bovina é uma atividade produtiva que em si só não contempla a diversidade das famílias observadas, embora seja essencial à manutenção e permanência da maioria delas no assentamento.

As experiências aqui reveladas evidenciam os anseios das famílias: conciliar essa prática à atividade agrícola e tornar os sistemas produtivos diversificados para que não fiquem limitados. Convém ressaltar que essas dinâmicas reveladas pelas experiências



locais são entendidas aqui como imprescindíveis para o real fortalecimento das famílias. Notamos, porém, que as aspirações dessas pessoas ultrapassam o que o Pronaf vem oferecendo: seletividade, especialização e limitação produtiva.

A aplicação do programa baseia-se numa premissa econômica limitada e seletiva; e documentos oficiais são influenciadores dessa dinâmica. Conduzido pelas premissas do desenvolvimento rural para fortalecer a capacidade produtiva e atender as demandas do seu público, o programa produz efeitos totalmente contrários aos pressupostos que justificam a sua criação. Como resultado dessa tendência, efeitos negativos no âmbito social, ambiental e econômico são recorrentes.

Finalmente, os argumentos aduzidos ao longo deste texto nos permitem considerar que a política de desenvolvimento rural, em particular o Pronaf, para o assentamento estudado depende de um amplo e heterogêneo conjunto de ações públicas, não apenas do crédito rural. A pecuária não está apenas na agenda da produção monetária do Estado do Pará, mas igualmente nas estratégias de reprodução dos assentados. Logo, a transferência de ativos e construção de capacidade a ela são fundamentais, mas a sua exclusividade não contempla o ideal almejado pelas famílias. Enquanto o Pronaf não for redirecionado, obstáculos à emancipação de seu público em nível local serão recorrentes.

## Referências

Banco Central do Brasil – BACEN. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 10 set. 2019.

BORGES, Juliano Luís. **MST: do produtivismo à agroecologia**. Goiânia: Terceira Margem, Editora da PUC de Goiás, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento de educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, 25, p. 51-62, 2007.

BRASIL. Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jun. 1996. Seção 1, p. 11854. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htmimpresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htmimpresao.htm). Acesso em 27 maio 2020.

BRASIL. **Boletim Agropecuário do Pará**. Belém: FAPESPA, 2017.

BRASIL. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Sudeste do Pará**. Marabá, MDA/Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2010.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFGA, 1987.

EMMI, Marília Ferreira. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)**, Belém, n. 166, p. 1-25, 2002.

EMATER. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento 26 de Março**. Marabá-PA, 2013.

GAMA, Andreza Angélica Frota. **Desmatamento no Assentamento 26 de Março em Marabá: em busca de alternativas agroecológicas aliadas à educação ambiental**. 2016. 80f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social**. V. II. São Paulo: Editora Unesp; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 213-244.

GOMES, MARIA FERREIRA; SILVA, Murilo da Serra. Assentamento 26 de Março: resgatando e disseminando sementes crioulas. **Cadernos de agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 1-5, 2013.

GRISA, Cátia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 290-311.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: Análise de Indicadores**. Brasília, NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

MELO DA SILVA, Ducilene. **Significado do PRONAF “A” para famílias beneficiadas do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará – 2000 a 2002**. 2008. 93f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MICHELOTTI, Fernando; RODRIGUES, Francisca Nívea. Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na Região de Marabá. **Novos Cadernos NAEA/UFGA**, Belém, v.5, n.1, p.73-103, 2004.

MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra) hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Sudeste paraense**. 2017. 380f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar em assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, Ângela; BRANDENBURG, Alfio. (org.). **Para pensar a agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 157-180.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Programa de Reforma Agrária**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1998.

NEVES, DelmaPessanha. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n.7, p. 68-93, jul./dez. 2005.

PEDROSO JÚNIOR, Nelson Novaes; MURRIETA, Rui Sergio Sereni; ADAMS, Cristina. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.

PEREIRA, TayñaZanderly da Silva. **Crédito e pecuária bovina leiteira em assentamento da reforma agrária em Marabá-Pará**. 2012. 164f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: **Políticas e participação social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-50.

TERENCE, Marcelo Fernando. **Avanços e limites da reforma agrária no Sul do Pará: um estudo a partir do Projeto de Assentamento Canarana**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão de estrutura agrária: estudo comparativo de penetração numa área da Transamazônica**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma (org.). **Una nueva ruralidade en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-43.

---

### Sobre os autores

---

**Evandro Neves** - Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Doutorando do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), Universidade Federal do Pará. **OrcID**: <http://orcid.org/0000-0003-4957-8244>

**Heribert Schmitz** – Mestrado em Grundlagen Des Maschinenwesens pela RWTHA Aachen University. Doutorado em Sociologia Rural pela Humboldt Universität Zu Berlin. Professor da Universidade Federal do Pará. **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-8933-1484>

---

### Como citar este artigo

---

NEVES, Evandro; SCHMITZ, Heribert. O comportamento do PRONAF no Sudeste do Pará: um estudo de caso no assentamento 26 de março, Marabá-PA. **Revista NERA**, v. 24, n. 59, p. 88-107, Dossiê, 2021.

---

**Declaração de Contribuição Individual**

---

Ambos os autores ofereceram contribuições científicas substanciais e intelectuais ao texto. A preparação, redação e revisão crítica do manuscrito foram realizadas em conjunto. O autor **Evandro Neves** ficou responsável especificamente pelo levantamento dos dados empíricos, pela interpretação e pelo desenvolvimento teórico-conceitual. Por sua vez, o autor **Heribert Schmitz** colaborou na elaboração dos procedimentos metodológicos para o levantamento dos dados, orientou o desenvolvimento teórico-conceitual e contribuiu com a discussão dos resultados.

---

Recebido para publicação em 20/09/20  
Aceito para a publicação em 10/06/2021